



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA  
FACULDADE DE FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO CAMPO  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO-ÊNFASE  
CIENCIAS SOCIAIS E HUMANAS**

**ELICEIA COSTA DA CUNHA  
ANA CAROLINE BARROS DE ABREU**

**ABAETETUBA /PA  
2025**

**ELICEIA COSTA DA CUNHA  
ANA CAROLINE BARROS DE ABREU**

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM COMUNIDADE RIBEIRINHA: DESAFIOS DA  
ACESSIBILIDADE E DO TRANSPORTE ESCOLAR PARA ESTUDANTES COM  
DEFICIÊNCIA**

Trabalho de Conclusão de curso apresentado à  
Faculdade de Formação e Desenvolvimento do  
Campo – FADECAM/UFPA, como requisito  
avaliativo do Curso de Licenciatura em  
Educação do Campo.

Orientadora: Prof. Dra. Eliana Teles Rodrigues

**ABAETETUBA/PA  
2025**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará**  
**Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

---

C837e Costa Da Cunha, Eliceia.  
Educação inclusiva em comunidade ribeirinha:: desafios da  
acessibilidade e do transporte escolar para estudantes com  
deficiência. / Eliceia Costa Da Cunha, Ana Caroline Barros De  
Abreu. — 2025.  
35 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dra. Eliana Teles Rodrigues  
Trabalho de Conclusão (Graduação) - Universidade Federal do  
Pará, Campus Universitário de Abaetetuba, Curso de Educação do  
Campo, Abaetetuba, 2025.

1. Processo educacional. 2. Acessibilidade. 3. Inclusão. 4.  
Escola do campo. I. Barros De Abreu, Ana Caroline. II.  
Título.

---

CDD 300

**ELICEIA COSTA DA CUNHA  
ANA CAROLINE BARROS DE ABREU**

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM COMUNIDADE RIBEIRINHA: DESAFIOS DA  
ACESSIBILIDADE E DO TRANSPORTE ESCOLAR PARA ESTUDANTES COM  
DEFICIÊNCIA**

Trabalho de Conclusão de curso apresentado à  
Faculdade de Formação e Desenvolvimento do  
Campo – FADECAM/UFPA, como requisito  
avaliativo do Curso de Licenciatura em  
Educação do Campo.

Orientadora: Prof. Dra. Eliana Teles Rodrigues

Banca Examinadora:

---

Profa. Dra. Eliana Teles (FADECAM/UFPA)  
Orientadora e Presidente da Banca Examinadora

---

Profa. Dra. Eliana Pojo  
Examinadora Interna (FAECS/UFPA)

---

Profa. Esp. Alessandra Teles Rodrigues  
Examinadora Externa (SEMED/Breves-PA/MMEC/UFPA)

---

Prof. Me. Aelton Dias Costa  
Examinador Externo (NAEA/UFPA)

**ABAETETUBA/PA  
2025**

# EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM COMUNIDADE RIBEIRINHA: DESAFIOS DA ACESSIBILIDADE E DO TRANSPORTE ESCOLAR PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA

Ana Caroline Barros de Abreu<sup>1</sup>

Eliceia Costa da Cunha<sup>2</sup>

## RESUMO

Ao longo do tempo a acessibilidade e inclusão educacional foram se transformando em um direito da pessoa com deficiência, mas é possível observar que ainda não se configura de maneira adequada no cotidiano das escolas, a ausência de políticas públicas dificulta a organização de práticas pedagógicas que possibilitem a permanência de alunos na escola do campo. Este artigo tem como objetivo analisar como ocorre o processo de acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência em uma escola ribeirinha na área insular do município de Abaetetuba, dando ênfase a rotina escolar de um aluno com transtorno do espectro autista, o qual realiza o atendimento educacional especializado em uma das escolas do arquipélago. Para tratar a respeito do que é ser acessível, buscou-se identificar os principais fatores que impedem essa acessibilidade e inclusão da igualdade de oportunidades ao meio físico, ao transporte escolar e ao processo educacional nas escolas analisadas. Realizou-se um estudo de abordagem qualitativa direcionada a pesquisa de ação participante, realizando vivências no cotidiano do aluno, diálogos com os professores, gestão escolar, o próprio aluno e seus pais. No resultado apresenta-se os dados e informações da pesquisa descrevendo o cotidiano do aluno, a trajetória de sua casa até a escola, dando destaque ao contexto em que ele está inserido, o rio, enfatizando como ocorre ou não, a acessibilidade no processo educacional.

**Palavras chaves:** Processo educacional, Acessibilidade, Inclusão, Escola do campo.

---

<sup>1</sup> Graduanda do curso de educação do campo com habilitação em Ciências Sociais e Humanas da Universidade Federal do Pará- UFPA-Abaetetuba, [carolineabreu0102@gmail.com](mailto:carolineabreu0102@gmail.com)

<sup>2</sup> Graduanda do curso de educação do campo com habilitação em Ciências Sociais e Humanas da Universidade Federal do Pará- UFPA- Abaetetuba, [eliceiacosta4@gmail.com](mailto:eliceiacosta4@gmail.com)

## INTRODUÇÃO

A inclusão e acessibilidade são termos usados na contemporaneidade com consciência política de que toda pessoa humana é portadora de direitos que precisam ser garantidos pela sociedade. Incluir é um movimento para garantir que cada pessoa tenha espaços públicos para se expressar, comunicar, aprender e agir. Esse é um pressuposto para que verdadeiramente tenhamos uma sociedade que se possa chamar de democrática.

Cada vez mais é evidenciada a falta da inclusão e da acessibilidade da pessoa com deficiência no convívio social. Inclusão escolar é acolher todas as pessoas, sem exceção, no sistema de ensino, “a partir da ideia de uma formação integral do aluno segundo suas capacidades e seus talentos e de um ensino participativo, solidário, acolhedor” (Mantoan, 2003, p. 9).

Diante desse cenário, tornou-se necessário abordar o tema, considerando que as pessoas com deficiência ainda não usufruem plenamente dos direitos garantidos a todo cidadão - especialmente os direitos sociais, como o acesso integral à educação e ao transporte escolar. A persistência de barreiras nesse acesso evidencia que o processo de inclusão ainda é incipiente e demanda avanços significativos.

A ausência de acessibilidade tem sido um dos principais fatores que impedem a participação plena de pessoas com deficiência em espaços públicos, especialmente em instituições de ensino situadas em comunidades ribeirinhas. À luz da revisão bibliográfica realizada, o presente estudo aponta para a necessidade de inclusão nas escolas do campo, com foco na garantia de acessibilidade para estudantes com deficiência.

O contexto onde foi realizada a pesquisa, envolve como suporte, o cotidiano de um aluno com transtorno do espectro autista, o mesmo reside na localidade do Rio Costa Maratauíra, do rio de mesmo nome, em um de seus afluentes, o Furo Pai Pedro. A costa do rio Maratauíra compõem o emaranhado de cursos hídricos que cortam a região insular do município de Abaetetuba.

O aluno estuda na Escola Municipal de Ensino Fundamental Nossa Senhora de Nazaré, onde cursa o 2º ano do ensino fundamental, anos iniciais. A escola localiza-se próximo a residência do aluno, entretanto, ele necessita fazer o Atendimento Educacional Especializado (AEE)<sup>3</sup>, na E M E I F Dionisio Hage, uma vez por semana, às quartas-feiras. A Dionisio Hage, a mesma é escola polo e atende demandas de escolas das comunidades

---

<sup>3</sup> AEE-Atendimento Educacional Especializado é voltado para os problemas pedagógicos do aluno que dentro da sala de aula tem dificuldade de compreender.

ribeirinhas.

O atendimento educacional é uma atividade de natureza pedagógica, regulamentada pelos documentos oficiais que compõem a política pública de educação inclusiva. Nesse contexto, o transporte escolar configura-se como um elemento essencial, podendo atuar tanto como facilitador quanto como obstáculo ao acesso e à permanência dos estudantes com deficiência na escola. Sua análise é fundamental para a compreensão dos desafios relacionados à acessibilidade, uma vez que envolve questões estruturais e sociais diretamente ligadas à efetivação do direito à educação inclusiva.

O termo inclusão ganha mais relevo quando nos referimos as pessoas com deficiência que são definidas como: aquelas que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, visual, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas.

Diante desse contexto, o objetivo central deste trabalho é investigar o processo de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência na Escola Ribeirinha Nossa Senhora de Nazaré, localizada às margens do Rio Costa Maratauíra, com ênfase no caso específico de um estudante com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Busca-se, ainda, analisar como se desenvolvem as práticas de acessibilidade e inclusão na referida instituição; identificar os principais fatores que dificultam a inclusão do aluno tanto no transporte escolar, quanto no ambiente educacional; e compreender de que maneira uma escola ribeirinha pode tornar-se, de fato, acessível e inclusiva.

A situação em análise permite levantar os seguintes questionamentos: Quais são os direitos dos alunos com deficiência? Qual é o papel e a postura da escola em relação a esses alunos? Os professores estão preparados para trabalhar com esses alunos? O Transporte escolar é acessível ao aluno com deficiência? Baseado nesses questionamentos, a pesquisa de campo foi desenvolvendo-se em uma análise de como se dá esse processo de inclusão e acessibilidade, mostrando os fatores que os impedem e tendo-se por finalidade a identificação das causas do problema em questão.

Nesse sentido, a presente pesquisa apresenta os desafios enfrentados por um estudante com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em uma escola do campo. Por meio da observação, análise e descrição de seu cotidiano escolar, procura-se compreender o processo educacional ao qual está inserido, bem como os obstáculos que permeiam sua trajetória de vida. Além de verificar se há violações de direitos legalmente garantidos, assim como o papel da instituição de ensino, diante das demandas relacionadas à inclusão e à

acessibilidade de estudantes com deficiência.

## **2. ACESSIBILIDADE E A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA EM UMA ESCOLA DO CAMPO**

Falar sobre acessibilidade é, antes de tudo, falar sobre direitos humanos e sobre o respeito à diversidade de experiências de vida. Embora haja avanços legais e políticos na promoção da acessibilidade, ainda é evidente a exclusão de pessoas com deficiência, sobretudo aquelas que vivem em territórios marcados pela desigualdade social e geográfica, como as comunidades ribeirinhas. Trazer esse debate para o centro das discussões sociais e acadêmicas fez-se muito necessário, especialmente quando parte de uma vivência concreta, como a de quem experimenta cotidianamente as barreiras físicas, sociais e simbólicas impostas pela ausência de acessibilidade. Neste caso, nós, autoras deste trabalho, fazemos parte desse público, uma com deficiência física e outra com deficiência visual- a perda total de um lado da visão.

Como pessoa com deficiência física e moradora da comunidade ribeirinha destacada nesta pesquisa de campo, percebo que a acessibilidade não se limita à construção de rampas ou à presença de transportes adaptados. Trata-se de garantir condições de vida dignas e equitativas, considerando os contextos específicos de quem está nos interiores e nas partes invisíveis do mapa. A ausência de políticas públicas efetivas para o acesso à educação, saúde, mobilidade e comunicação acaba por excluir duplamente: por ser pessoa com deficiência e por estar distante dos grandes centros urbanos.

Quando fui aluna da educação básica, toda a minha trajetória escolar foi marcada por dificuldades para chegar até a escola por conta da condição física de pessoa com deficiência, nasci com a doença de Charcot Marie-Tooth, uma neuropatia hereditária que causa danos nos nervos, afetando braços e pernas, causando dificuldade para caminhar, deformidades e fraquezas nesses membros, e utilizava-se como transporte escolar, rabetas pequenas. A mobilidade em estar indo e vindo, subindo e descendo pontes, escadas e rampas, sempre foi cercada por tombos e tropeços, e falas como: “fulano, você pode me ajudar aqui?”, porém a solidariedade não é um dever, parte de algo particular de cada pessoa e nem todo mundo tem.

Na graduação essas barreiras também permaneceram, eram viagens rotineiras da comunidade ribeirinha onde moro, para a cidade de Abaetetuba, embarques e desembarques de rabetas, moto táxi para chegar ao campus universitário pois o ônibus da universidade não é acessível, não oferece condições para que eu suba nele, e ao voltar para casa, como subir na

rampa sozinha quando a maré estava seca? Partindo de todas essas lutas, motivações e desmotivações pelo caminho, foi que despertou a vontade de pesquisar, conhecer e falar, sobre a acessibilidade e a inclusão.

A maneira de ser ou estar, de quem é ribeirinho exige um olhar sobre a acessibilidade, que leve em conta o território, a cultura local e as formas específicas de viver. Por isso, é fundamental que nossas vozes sejam ouvidas, pois somos nós que melhor sabemos as limitações que enfrentamos e as potencialidades que carregamos. Falar sobre acessibilidade, a partir dessa vivência, é também falar de resistência, de luta por inclusão e de reconhecimento das múltiplas formas de ser e estar no mundo.

Como pessoa com deficiência visual, no período que fui aluna do ensino fundamental, utilizava a bicicleta como transporte para chegar até a escola e saindo da minha casa para ir estudar, a distância percorrida era mais de 3km, ou seja, diariamente eram quase 7 Km entre ida e volta. Em um dia, retornando da Escola Paulo Fonteles, localizada no interior/estrada, da cidade Acará, eu, meu irmão, e outros colegas voltávamos para casa e um desses colegas resolveu fazer a ultrapassagem, resultando em um acidente no qual fui atingida por uma pancada na cabeça ficando inconsciente. Fui socorrida e levada por terceiros até a residência de meus pais e em seguida, levada para o posto de saúde onde foi realizados curativos e após, retornei pra casa.

Neste período difícil, fiquei impossibilitada de voltar a escola por um tempo e não realizei as últimas avaliações do semestre. Três meses depois, comecei a sentir constantes dores de cabeça, e tudo o que eu fazia era com dificuldades. Realizei exames e em uma tomografia, o resultado apresentado foi a perda total da visão do olho direito, porém bem antes do diagnóstico, já percebia que algo não estava normal com a minha visão. O choque foi grande para mim e minha família, ao médico relatar que não tinha como reverter o caso, não podia realizar cirurgia porque não existia chance nenhuma de ter a visão recuperada.

Foi um marco doloroso na trajetória da educação básica, ensino médio e até mesmo na graduação, pois quando eu explicava que tinha dificuldades para realizar leituras, alguns colegas e professores diziam que eu estava me fazendo de indolente, e isso é um trauma que carrego comigo todos esses anos. As escolas por onde estudei sempre foram em áreas rurais e ao realizar minhas matrículas, meus pais identificavam-me como pessoa com deficiência visual apresentando em mãos somente os resultados dos exames, porém nunca fui aceita dessa forma por não ter um laudo comprovando o histórico e relatos.

Ter que carregar essa dor e os direitos violados, se torna frustrante, pois conheço os direitos que uma pessoa com deficiência visual tem dentro de qualquer espaço, e não se poder

se enquadrar é excludente. Vindo de uma localidade rural onde não há um conjunto de organização com profissionais de saúde e especialistas em deficiência visual para desenvolver um plano de apoio personalizado e eficaz que pudesse garantir que os serviços públicos e privados sejam acessíveis incluindo a disponibilidade de informações, com toda certeza foi muito desafiador.

Pesquisar sobre esse tema é também reafirmar o que cada uma de nós, enfrentamos no dia a dia buscando instigar a nossa própria vivência em não ter, muitas das vezes, nossos direitos garantidos dentro dos espaços.

A acessibilidade é o direito de garantir a pessoa com deficiência, que ela possa viver de modo independente, assim o indivíduo pode exercer seus direitos de cidadania e de participação social na sociedade. Mas como esse processo caminha dentro de uma escola do campo? São questões como essa que nos nortearão dentro desse contexto de saber como ocorre, o que impede, e como compreender a acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência em uma escola ribeirinha.

Hoje todos concordam que a inclusão de pessoa com deficiência nas escolas é importante. Diferentemente da concepção que se tinha no passado, a qual considerava o “deficiente” apenas como um “alguém” que sempre estava na dependência de terceiros, alguém que constantemente precisava de outro para lhe estender a mão para o ajudar. Num passado não muito distante, não havia esforço algum no sentido de tentar inseri-lo de fato, na comunidade, nas escolas e na sociedade.

O contexto educacional, vem também, defender o direito de todos os alunos desenvolverem e concretizarem as suas potencialidades, bem como de apropriarem as competências que lhes permitam exercer o seu direito de cidadania, através de uma educação de qualidade.

Segundo Novak (2015), “a escola não pode ficar de lado nessa nova concepção frente a pessoa com deficiência”. A inclusão é um direito do aluno e um dever do Estado. Para elucidar esta questão, a autora destaca uma frase divulgada na Declaração de Salamanca<sup>4</sup>, declaração esta considerada um marco histórico na defesa dos direitos das pessoas com deficiência:

Cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhe são próprios. Os sistemas educacionais devem ser projetados e os programas aplicados de modo que tenham em vista toda a gama dessas

---

<sup>4</sup> A Declaração de Salamanca é uma resolução das Nações Unidas que trata dos princípios e práticas em educação especial.

diferentes características e necessidades (Salamanca, apud MEC, 2005 p. 16).

A inclusão ganhou força com a Declaração de Salamanca, que se constitui em um importante documento sobre princípios, políticas e práticas relativas às necessidades especiais, proclama que as pessoas com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas comuns que deverão integrá-las numa pedagogia centralizada na criança, capaz de atender a essas necessidades, tendo como meta deixá-lo apto a incluir todas estas independentemente de suas diferenças ou dificuldades individuais.

Atualmente verifica-se um discurso favorável à inclusão de pessoas com deficiência, não apenas no contexto escolar, mas em vários segmentos da nossa sociedade, mas mesmo assim tais pessoas continuam vítimas de preconceito, por serem consideradas diferentes. As conquistas maiores em relação aos direitos destas pessoas se deram mais no que diz respeito à elaboração de leis e normas do que na concretização de ações que de fato possibilitem a real inserção destas pessoas na escola do campo e de forma geral na sociedade.

O educador deve orientar seus alunos, no sentido de acolher e compreender as limitações físicas dos colegas e os diferentes meios de comunicação utilizados por eles, para que haja uma melhor interação social entre todos. Deve buscar meios de informar-se sobre as características de cada um dos seus alunos com ou sem deficiência, objetivando a compreensão de suas potencialidades e necessidades, para que possa ajudá-los de forma significativa. O aluno que é pessoa com deficiência deve participar das atividades oferecidas pela escola, junto com os outros alunos, desempenhando tarefas ou papéis de acordo com suas possibilidades. Sua participação efetiva irá proporcionar-lhe sentimento de pertencimento ao grupo, garantindo assim, melhor interação social dentro da escola do campo.

Sobre a problemática de muitas vezes não haver a inclusão dentro das escolas, é importante dizer que a deficiência não é da pessoa, é da sociedade que não oferece condições. Esse cenário da educação inclusiva envolve temáticas que passa desde questões mais técnicas como a falta de adequações até as mais complexas que dizem respeito aos relacionamentos na sala de aula, professor-aluno, aluno-aluno, e aos espaços de interação da escola do campo. Todo e qualquer modelo educacional, seja ele de qualquer parte do mundo, não pode ficar parado no tempo, ficar alheio às mudanças da humanidade, como que ignorasse as evoluções e também os problemas encontrados pelas mais diversificadas sociedades.

Cada escola possui suas características, que são influenciadas pelas mais diferentes

identidades de seus alunos. Jamais se falou tanto em mundo globalizado como atualmente. E esse mesmo mundo globalizado, onde todos reivindicam seus direitos, chega também às escolas. Não há como ficar distante disso, hoje, há uma série de dificuldades que são comuns. O aluno que é ribeirinho, mora no campo e é pessoa com deficiência física já enfrenta a falta de acessibilidade desde o momento em que sai de sua casa para chegar até a escola, muitas das vezes por não ter um transporte que o conduza com segurança, muitos alunos que apresentam dificuldade de locomoção deixam de frequentá-la em função de não terem acesso a esse transporte.

Percorrer longos trechos para chegar à escola é a realidade de milhares de alunos das escolas do campo que vivem em áreas rurais, estes moram as margens da comunidade, furos ou igarapés em que o rio, por meio dos fenômenos naturais, enche e seca ocasionando em uma dependência de maré para se deslocar.

A falta de professores qualificados para cumprir essa demanda é nitidamente presente, pois, na maioria das vezes o professor não está preparado para lidar com uma determinada situação e acaba exercendo a função por meio de contratos, sem ter uma formação específica para como trabalhar com um aluno que é pessoa com deficiência e tem uma determinada especificidade.

Diante disso, defende-se que discutir a inclusão escolar, implica em trazer à tona questões amplas como: o pouco investimento no sistema educacional, a falta de infraestrutura no tocante a recursos físicos para atender a todos os alunos sejam eles pessoa com deficiência ou não, o preconceito, a discriminação e a falta de credibilidade que ainda impera em relação às pessoas e principalmente as que possuem algum tipo de deficiência sendo desrespeitadas e não compreendidas como seres humanos com potencialidades e capacidades de produzir como os demais cidadãos.

A inclusão é possível quando todos que fazem parte do dia a dia na convivência com os alunos, colaboram com eles e, especialmente, aqueles que estão ajudando na construção da inclusão, para que a escola do campo seja um lugar de aprendizado havendo, portanto, qualidade de vida.

Educação Inclusiva é um conceito abrangente, que envolve não somente o processo de inclusão da pessoa com deficiência a rede comum de ensino nas escolas do campo, mas fundamentalmente, todas as diferenças possíveis entre as pessoas. De fato, entende-se que cada ser humano é uno, e as oportunidades devem ser iguais para todos. Deve-se ressaltar que a inclusão implica uma mudança de paradigma educacional, à medida que exige uma reorganização das práticas escolares: planejamentos, formação de turmas, currículo,

avaliação e gestão do processo avaliativo. Compreender sobre a inclusão da pessoa com deficiência, deve conduzir a necessidade de reformular atitudes para alcançar maior êxito. Conseguir mudanças de atitudes que melhor se ajustem às necessidades, implica em fazer perceber a todos que uma nova atitude trará melhores resultados do que os já existentes.

As faltas de acesso das pessoas com deficiências, principalmente em espaços públicos, limitam, bloqueiam, excluem e impedem a sociabilidade, o convívio e a interação social. A educação inclusiva propõe que os sujeitos que possuem qualquer tipo de deficiência sejam incluídos no ambiente escolar, de modo que lhes sejam garantidos o acesso à educação e o direito de aprender, sem que sofram discriminação, conforme assegura a legislação. Propõe, ainda, que as escolas estejam preparadas para atender às necessidades desses estudantes.

Considerando a complexidade do processo de inclusão, é necessário repensar o paradigma de escola do campo que temos, isto é, idealizada e construída para a homogeneidade e para o aluno padrão. Para reverter esse cenário, é urgente e necessária a mudança de atitude dos vários segmentos que se coadunam na educação, principalmente dos professores, gestores e a própria instituição, que devem abandonar o conservadorismo de suas práticas, construindo uma educação que possa atender e responder às necessidades de todos os estudantes. Para tanto, se faz urgente a construção e a implementação de políticas fundamentadas em valores humanos e sociais, na emancipação, na justiça, na equidade de oportunidades, na liberdade e no respeito à diversidade, visando à construção de uma educação que contenha, ao mesmo tempo, o caráter comum a todos e que sejam contempladas as particularidades, em respeito à realidade das vidas destas pessoas com deficiência que vivem e sobrevivem no/do campo na condição de ribeirinhos.

## **2.1 O transporte escolar e as escolas ribeirinhas**

O município de Abaetetuba apresenta inúmeras escolas na zona urbana e na zona rural e algumas destas estão localizadas em áreas ribeirinhas, e estas, por suas condições territoriais, necessitam do transporte escolar. Este, é uma política assegurada pela constituição federal, e garante acesso as instituições de ensino, nas comunidades ribeirinhas é essencial assim como ter uma escola e está ligado a mobilidade e a territorialidade. O mesmo, enfrenta uma série de problemas e irregularidades que vão desde a contratação das embarcações, até o funcionamento.

Muitos alunos que apresentam ou não dificuldade de locomoção deixam de

frequentar a escola em função de não terem acesso ao transporte escolar. Percorrer longos trechos para chegar à escola é a realidade de milhares de alunos da rede pública que vivem em áreas rurais, do campo e ribeirinhos. Estes precisam utilizar barcos para assegurar seu direito à educação. A consequência imediata dessa dificuldade é a evasão escolar e a repetência.

Para contribuir com a diminuição deste índice, facilitando o acesso e a permanência dos alunos na escola, foi criado em 1994, o PNTE- Programa Nacional de Transporte Escolar e em 2004, instituído pela medida provisória nº 173, publicada em 17 de março, o PNATE, Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar, programa vinculado ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. De acordo com a Resolução CNE/CEB nº 2 de 11 de setembro de 2001, em seu art. 12, os sistemas de ensino nos termos da lei 10.098/2000 e da lei 10.172/2001 e do decreto 5296/2004, que regulamenta as leis 10.048/2000 e 10.172/2000, devem assegurar acessibilidade a todos os alunos assim também como os que apresentam alguma deficiência, mediante a eliminação de barreiras arquitetônicas na edificação e nos transportes escolares.

O transporte escolar, nas comunidades ribeirinhas, se dá por meio de rabetas com uma coberta ou em pequenos barcos, e o mesmo se apresenta de forma em que percebe-se nitidamente a falta de acessibilidade tanto para a pessoa sem deficiência quanto para a pessoa que apresenta alguma deficiência, justificando-se pela dificuldade da maré que quando está baixa, seca, faz com que seja necessário que se faça um trajeto andando pelo miritizeiro ou rampas que ficam com limo e restante de lama deixados pela água, fazendo com que os mesmos fiquem escorregadios exigindo uma técnica e cuidado para que o aluno não venha a cair. Outro aspecto que configura a falta de acessibilidade do transporte escolar em áreas ribeirinhas é o fato de algumas pontes das escolas não apresentarem estrutura adequada para que os alunos possam chegar e sair da escola com segurança, pois essas pontes não oferecem um conforto que faça com que estes se sintam seguros.

Conforme Reali (2009), “ainda que apenas identifique os problemas enfrentados pelo transporte escolar por vias de circulação terrestres, alguns destes também se aplicam ao transporte escolar fluvial através de embarcações”. O autor relaciona uma série de problemas envolvendo os veículos, os condutores do transporte escolar e os alunos transportados. O governo federal estabelece que:

Os alunos podem ser transportados em embarcações nas localidades onde o transporte fluvial ou marítimo: rios, lagos, oceanos, for mais eficiente. É obrigatório o uso, por todos os alunos, de boias salva-vidas. O condutor da

embarcação deverá possuir curso específico para transporte de pessoas, promovido pela Capitania dos Portos. A embarcação, motorizada ou não, deverá estar registrada na Capitania dos Portos, e a autorização para trafegar, exposta em local visível. (Brasil, 2005, p. 10).

Para o transporte escolar fluvial nenhuma dessas normas são obedecidas. A regulamentação exigida para o transporte escolar, não é cumprida pela maioria dos barcos utilizados para a locomoção dos alunos: alguns barqueiros não têm cursos e documentação exigida e os barcos não possuem as condições adequadas de segurança, por exemplo coletes salva-vidas, proteção para o eixo dos motores, grades na janela, pontos e pontes de embarque e desembarque de difícil acessibilidade.

E ainda, é preciso observar outras exigências quanto a embarcação, a qual deverá possuir cobertura para proteção contra o sol e a chuva e grades laterais para proteção contra quedas. Há uma série de problemas, e dentre eles o processo político de gestão que é bastante complexo e emblemático: a contratação, a regulação e ao funcionamento do transporte escolar fluvial. A contratação das embarcações é realizada principalmente por indicação e na mudança de gestão há uma nova reorganização, ou seja, o transporte sofre uma profunda influência da política partidária.

O transporte escolar ribeirinho assume uma particularidade em razão das suas características geográficas e da distribuição dispersa da população no campo ribeirinho. As ilhas de Abaetetuba possuem uma extensa e densa rede hidrográfica com rios, furos e igarapés, em determinado período do dia, maré baixa, e do ano, verão amazônico, se tornam difíceis de transitar por conta das dificuldades de acesso a esses lugares. Alunos precisam se deslocar por conta própria de suas casas, através de cascos a remo, canoas e/ou e barco a motor chamado rabudo, até determinada posição onde o barco do transporte escolar passa, ou até a escola mesmo.

Onde se verifica o entrelaçamento mais complexo e problemático da territorialidade com a educação do campo, da territorialidade ribeirinha é, com certeza, na política territorial do transporte escolar. A territorialidade nesse contexto é entendida em termo geográfico, envolvendo tanto as relações de poder quanto os sentimentos de pertença dos grupos sociais, ou seja, suas diferentes formas de identidade territorial.

É necessário que os rabeteiros ou barqueiros conheçam os trajetos, condições e tempo de percursos pelos rios, furos e igarapés, condições de navegabilidade desses pequenos canais de circulação fluvial durante determinados períodos do dia e do ano, dificultadas pelo assoreamento dos canais. Além disso é o regime da maré quem define o

tempo do trajeto do transporte; os obstáculos enfrentados também são de ordem ecológica, praias, paus, são impasses impostos pela natureza.

As escolas localizadas em comunidades ribeirinhas desempenham papel fundamental na garantia do direito à educação para populações historicamente excluídas. Essas instituições representam mais do que espaços de ensino formal: são centros de convivência, preservação cultural e resistência diante das adversidades socioambientais.

Apesar das limitações estruturais como falta de energia elétrica, internet e materiais pedagógicos, as escolas ribeirinhas se adaptam à realidade local, promovendo aprendizagens contextualizadas. Isso exige que professores sejam sensíveis às especificidades culturais, ambientais e linguísticas dos povos da região amazônica e de outras áreas ribeirinhas.

As escolas ribeirinhas estão inseridas dentro do campo nas comunidades tradicionais, geralmente com o acesso ao rio, entrelaçado à um modo de vida, baseado no uso e na conservação dos recursos naturais e da biodiversidade do ambiente em que se vive, auto reconhecendo-se desta maneira, caracterizando um empoderamento sobre saberes tradicionais e sobre sua cultura.

A acessibilidade nas escolas do campo sucede, talvez, às outras discussões que sempre estiveram nas bandeiras de luta dos sujeitos sociais do campo, como, por exemplo, o acesso à terra, à moradia, ao voto, aos direitos humanos, à oportunidade de trabalho, à comunicação, ao sistema de saúde, aos bens culturais, ao conhecimento, e à educação que engloba um universo de demandas.

Cabe, em vista disso, assinalar que as lutas empreendidas pelos sujeitos sociais do campo conclamam uma acessibilidade, que transcende o ter a escola na comunidade, mas o acesso a uma educação plena, universal, como forma de combate às desigualdades.

Segundo Molina e Azevedo (2004):

Os povos do campo e da floresta têm como base de sua existência o território, onde reproduzem as relações sociais que caracterizam suas identidades e que possibilitam a permanência na terra. E nestes grupos há forte centralidade da família na organização não só das relações produtivas, mas da cultura, do modo de vida. Esses grupos sociais, para se fortalecerem, necessitam de projetos políticos próprios de desenvolvimento socioeconômico, cultural e ambiental. E a educação é parte essencial desse processo. (Molina e Azevedo 2004, p. 36).

Nessa perspectiva a educação do campo deve ser desenvolvida com uma prática educativa, pedagógica e curricular voltada para a realidade da zona rural, respeitando sua individualidade e peculiaridades. Valorizando a cultura, os valores, os costumes e as tradições do homem do campo, bem como orientada às suas necessidades de subsistência, de

políticas sociais e de cidadania em seu sentido pleno.

É necessário ainda considerar a importância da valorização dos saberes tradicionais e da escuta ativa das crianças ribeirinhas, pois suas vivências cotidianas muitas vezes não são contempladas pelas propostas pedagógicas urbanas, e é na escuta dos sujeitos do campo que a escola pode construir práticas educativas, significativas e autônomas.

A acessibilidade na perspectiva arquitetônica se tornou um assunto mais recente, considerando que as pesquisas sobre, giram predominantemente, em torno dos espaços urbanos. A falta de acessibilidade nas escolas do campo é muito mais evidenciada, pelo fato de que muitas delas ainda são nos modelos das escolas mais antigas, funcionando em espaços improvisados, com iluminação, cadeiras, quadros e banheiros inadequados para o seu pleno funcionamento. “Essas instituições, em geral, são frutos do protagonismo dos movimentos sociais, que tem aprimorado nas suas lutas, uma educação que aconteça no e do campo” (Caldart, 2002).

Verifica-se que a educação do campo tem características diferenciadas, contudo, algumas escolas não têm sequer uma sala de aula própria, com os recursos didático-pedagógicos necessários para que os processos de ensino e de aprendizagem se desenvolvam de modo a atender as especificidades das diferentes populações que vivem e trabalham no campo.

Acrescenta-se a isso, a ausência de água potável e energia elétrica. Há, ainda, as que não possuem áreas de lazer/recreação, como quadras poliesportivas para as atividades físicas e nem banheiros adaptados, muito menos mobiliários adequados às necessidades dos alunos e sinalização de acessibilidade tanto para uso geral, como para pessoas com alguma deficiência.

## **2.2 O processo educacional**

A educação é um direito fundamental de natureza social previsto na Constituição Federal de 1988 que a incorporou com base na dignidade humana como fundamento do Estado Democrático de Direito, segundo o art. 1º, III da Constituição Federal (Brasil, 1988).

Nessa perspectiva, deve ser assegurado aos alunos ribeirinhos mais do que espaços de educação e acesso à escola. Deve-se assegurar a permanência do aluno, oferecendo condições de acesso, de aprendizagem, de dignidade humana, de cidadania, de construção do sujeito ativo e protagonista de sua história. Uma educação de qualidade para a formação de um sujeito ribeirinho pleno, integrado ao seu contexto sociocultural e aos desafios da atual sociedade. Evidencia-se aqui que a aprendizagem é um processo de mudança e envolve

fatores emocionais, psíquicos e biológicos em relação com os outros, nos diferentes meios e culturas.

Corroborando o exposto, Mizukami (1986, p. 1), escreve que o processo educativo característico do ser humano tem história e é multidimensional, pois (...) “neles estão presentes tanto a dimensão humana quanto a dimensão técnica, a cognitiva, a emocional, sócio política e cultural”. Destaca-se que o desenvolver-se humano é aprendizagem.

A educação do campo tem sido historicamente marginalizada na construção de políticas públicas, e inúmeras vezes tratada como política compensatória.

Segundo Souza; Reis (2009):

Neste contexto de exclusão, a educação para os sujeitos do campo é trabalhada a partir de discursos, identidades e perfis, marcados por conotações urbanas de currículos geralmente deslocados das necessidades locais e regionais, Souza; Reis, (2009), o que contribui para avultar uma realidade marcada, segundo Lima (2013, p. 608), “pela invisibilidade em que vive a população do campo. (Souza; Reis, 2009).

Os sistemas de ensino devem promover mudanças em sua organização, a partir do projeto político pedagógico das escolas de modo que possam oferecer um atendimento educacional com qualidade a todos, eliminando barreiras atitudinais, físicas e de comunicação. As políticas educacionais devem estar voltadas para a eliminação de todas as formas de discriminação, de modo que os alunos possam participar plenamente das ações pedagógicas e sociais da escola, centradas nas diferentes formas de aprender e conviver.

Segundo Paulo Freire (1999, p.11), “ensinar exige compreender que a educação é uma forma de intervenção no mundo. O ato de ensinar é, portanto, político social, científico e técnico, refletindo necessidades e expectativas de uma escola para todos”. Com a proposta de educação de Paulo Freire, sem dúvida alguma, hoje reconhecido como patrono da educação brasileira, ao caminhar na contramão das ideias de uma política nacional excludente e opressora, elabora-se uma das mais importantes concepções de educação, não só para as classes oprimidas de nosso país, mas de todo o mundo. Paulo Freire (2005, p. 99), na obra pedagogia do oprimido, define este ato como um processo dialógico em que se estabelece a possibilidade de o sujeito perceber o mundo, isso diz respeito à reflexão. É uma relação que vai além do ato da fala, por essa ação a palavra passa a ser entendida em seu sentido de significação com o mundo, a consciência da realidade que nos cerca.

O processo educacional na prática de uma educação inclusiva envolve um modelo

que busca garantir o acesso, participação e aprendizagem de todos os estudantes independentemente de suas características, necessidades, habilidades ou diferenças criando um ambiente educacional que acolha a diversidade e promova a igualdade de oportunidades para todos. No processo educacional, deve-se envolver práticas pedagógicas e estratégias de ensino e materiais didáticos nos ambientes escolares para se fazer acontecer a inclusão.

### **3. METODOLOGIA**

A pesquisa de campo foi desenvolvida no Rio Costa Maratauíra, estado do Pará, na região ribeirinha do município de Abaetetuba. O foco principal, foi o aluno de 7 anos de idade, com autismo. Etimologicamente falando, o autismo vem da palavra de origem grega “autos” cujo significado é “próprio ou de si mesmo” sendo caracterizado como um distúrbio neurológico que surge ainda na infância, causando atrasos no desenvolvimento, na aprendizagem e na interação social. Com o surgimento do conceito de Transtorno Global de Desenvolvimento, através de estudos, o autismo passou a ser descrito e compreendido como “um conjunto de transtornos qualitativos de funções envolvidas no desenvolvimento humano, diferenciado da psicose infantil”, Belisário Filho (2010, p.12). A partir daí, foram verificadas outras características diferentes.

Foram utilizados os seguintes instrumentos: caderno, canetas, aparelho celular e um questionário com perguntas para nortear o diálogo com os sujeitos da pesquisa de campo.

A metodologia utilizada, foi de caráter qualitativo. De acordo com Ludke; André (1986, p. 11), “a pesquisa qualitativa tem o ambiente natural com sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento.” Nesse sentido, iniciamos com a pesquisa bibliográfica e levantamentos da literatura a respeito da acessibilidade, transporte escolar nas escolas ribeirinhas e o processo educacional em função da importância da inclusão para as pessoas que necessitam.

Posteriormente, demos início a pesquisa de campo com a observação participante, no sentido de acompanhar esse hiato da vida do aluno, envolvendo ele, sua família, os professores e os colegas de sala de aula. A coleta de dados deu-se por meio de entrevistas, viagens na embarcação que conduz os estudantes até a escola, escuta e observação dentro e fora da sala de aula, nos momentos de intervalo, além do cotidiano familiar, para buscar compreender os problemas que norteiam a questão da acessibilidade dentro do contexto ribeirinho e como ela deveria ser pensada diante dos impasses que a tornam cada vez mais difícil de se fazer acontecer dentro da sociedade.

A pesquisa de campo foi realizada com algumas pausas de tempo justificando-se

pelo fato de que estávamos cursando disciplinas do semestre atual e anterior, fazíamos o contato com os sujeitos da pesquisa para alinharmos os pontos a serem seguidos verificando se era favorável ou não serem recebidas em determinado dia, e ao se tratar do aluno, que passou um período doente, esperamos reestabelecer sua saúde ajustando o seu tempo com nossa disponibilidade. A partir de então, a pesquisa de campo ocorreu da seguinte maneira:

**1ª Etapa:** Pesquisa bibliográfica de autores, por meio de artigos e outros trabalhos para ter um melhor aporte teórico dentro da temática abordada.

**2ª Etapa:** Reunião no Atendimento Educacional Especializado. Neste dia, nos dirigimos até a escola Dionísio Hage, saímos às 13:00 horas, a viagem durou 30 minutos e 20 segundos, a água estava seca e o pai do aluno foi levá-lo em sua própria embarcação que também é uma rabeta com motor rabudo, saindo de sua residência mais cedo, por conta da maré que estava secando no furo. Foi feita a apresentação da pesquisa de campo e entregamos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, posteriormente, iniciamos a observação do atendimento que a professora exerce, seguido de um diálogo. Realizamos essa etapa apenas uma vez por consequência da dificuldade de deslocamento para a outra comunidade, tanto de embarcação quanto de mobilidade e condições físicas, pois, somos pessoas com deficiência, cada uma com sua condição, e a maré não nos oferecia opções para chegar até a escola.

**3ª Etapa:** Reunião com os profissionais da escola em que o aluno estuda. Nessa etapa, fizemos a pesquisa de campo duas vezes. Uma de nós reside na mesma comunidade que o aluno, e outra, no centro da cidade de Abaetetuba, precisando vim até a comunidade para desenvolver a pesquisa, dessa forma, foi articulado para que o mesmo acontecesse. Em uma das viagens, utilizamos o próprio transporte escolar junto com os alunos, saindo no horário de 07:00 horas, e na outra, fomos na embarcação rabeta com motor rabudo, saindo às 08:00 horas, em um percurso que durou 5 minutos. Novamente, fizemos a apresentação da pesquisa de campo, entregamos o termo e dialogamos com a gestão da escola Nossa Senhora de Nazaré, com a professora da turma do 2º ano, com o profissional de apoio, e colegas da escola. Buscou-se compreender quais as percepções e sentimentos sobre o aluno e como a escola vem lidando com a acessibilidade no processo educacional. Identificamos por meio de relatos, algumas dificuldades que interferem no seu aprendizado.

**4ª Etapa:** Pesquisa de campo com o aluno e sua família. Estivemos nessa etapa por duas vezes, em uma manhã e em uma tarde, por dias alternados. A casa do aluno tem fácil acesso para localizar, ao entrar no furo Pai Pedro, seguimos à esquerda e assim fomos até chegar a sua residência, no entanto, é preciso cuidado e atenção ao entrar nesse furo, pois por

ele ser estreito e ter muitas rabetas que entram e saem, o mesmo já foi lugar de acidentes. Nessa etapa, o aluno já estava mais à vontade, comparando as outras etapas realizadas. Tivemos percepções sobre seus sentimentos, do que ele gosta de fazer, comer, suas brincadeiras e formas de ver o lugar onde ele mora, conhecendo seu modo de vida e sua relação com o meio em que ele faz parte e também identificamos dificuldades presentes no seu dia a dia.

**5ª Etapa:** Análise dos dados e das informações obtidas e transcrição desses materiais para o trabalho final. Para preservar os nomes dos sujeitos desta pesquisa, utilizamos os codinomes: Sara<sup>5</sup>, José<sup>6</sup>, Sebastião<sup>7</sup>, Joice<sup>8</sup>, Paulo<sup>9</sup>, Raimundo<sup>10</sup>, Laura<sup>11</sup>.

#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste estudo foram observados diferentes aspectos da vida do aluno Sebastião, os quais descrevemos e organizamos em três categorias:

- Atendimento Educacional Especializado: Realizado na escola Dionísio Hage, localizada no rio Quianduba, com registros feitos a partir dos relatos do aluno, de seu pai e da professora responsável pelo atendimento.
- Vivência escolar: Dois dias de aulas na escola Nossa Senhora de Nazaré, onde o aluno cursa o 2º ano do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, na comunidade onde reside. Foram coletados depoimentos da professora da turma, do profissional de apoio escolar, do gestor da escola e de uma colega de classe.
- Ambiente familiar: Por meio de observação e diálogos em dois dias na sua casa, durante a qual o aluno compartilhou percepções sobre sua relação com o ambiente em que está inserido.

##### **Atendimento Educacional Especializado**

Sebastião reside no rio costa Maratauíra, comunidade ribeirinha das ilhas do município de Abaetetuba, sua casa está localizada no furo Pai Pedro. Ele estuda na escola Nossa Senhora de Nazaré que está situada na comunidade acima citada, cursa o 2º ano do ensino fundamental anos iniciais e tem Transtorno do Espectro Autista, o aluno é meigo, inteligente

---

<sup>5</sup> Professora do Atendimento Educacional Especializado.

<sup>6</sup> Pai do aluno.

<sup>7</sup> O aluno.

<sup>8</sup> Professora da turma.

<sup>9</sup> Profissional de Apoio Escolar.

<sup>10</sup> Gestor da escola.

<sup>11</sup> Colega do aluno.

e educado.

Dentro da sala de aula, na escola em que estuda, ele tem um Profissional de Apoio, mas quando precisa fazer o Atendimento Educacional Especializado (AEE), ele se desloca para a escola polo, localizada na comunidade do rio Quianduba, a qual busca cumprir com os requisitos básicos para atender educandos em situação específica. De acordo com Fávero et al (2007, p. 27) “O Atendimento Educacional Especializado funciona em moldes similares a outros cursos que complementam os conhecimentos. Portanto, esse Atendimento não substitui a escola comum”. Em outras palavras, trata-se de um atendimento muito importante que é oferecido nas escolas regulares, sendo garantido pela Constituição Federal.

No dia 22/01/2025, demos início a fase da pesquisa que intencionou acompanhar o trajeto do aluno Sebastião e seu pai, de casa até a escola para o atendimento. O percurso contabilizou 30 minutos e 20 segundos. É o percurso realizado por pai e filho, uma vez na semana, nos dias de quarta-feira, das 13:00 horas às 16:00 horas.

Figura 1: Mapa indicando o percurso entre as escolas frequentadas por Sebastião.



O principal obstáculo que dificulta a mobilidade e interfere no deslocamento do Sebastião até a escola, ocorre pelo fato de que em alguns dias, no horário de ir para o

atendimento, a água está seca no Furo Pai Pedro, onde Sebastião mora, um pequeno curso d'água que seca durante a vazante da maré. A professora, já está ciente dessa questão, faz a troca desses dias em que Sebastião não pode ir a escola, por outros dias em que a maré está cheia e, sendo assim ele pode ir sem problemas que dificultem sua chegada até a escola polo.

Essa é a logística feita pelo pai do Sebastião, de deixa-lo na boca do furo<sup>12</sup>, as margens da costa do rio Maratauíra, onde eles ficam na rabeta esperando o transporte escolar passar. Quando o rabeteiro, assim chamado o transporte escolar, chega, Sebastião sobe na embarcação e segue a viagem até a escola polo Dionisio Hage, em uma viagem de cerca de 40 minutos ou mais, pois o rabeteiro vai parando em cada porto da casa de alunos que o aguardam para ir a escola. Quando seu pai não está trabalhando, ele leva-o em sua própria rabeta, e fica esperando até terminar o horário do atendimento.

Durante a viagem, Sebastião ficou inquieto na rabeta. Ao chegar na escola a professora já ciente do trabalho que seria desenvolvido, nos levou para a sala do atendimento, recebeu o aluno e iniciou as atividades com ele utilizando jogos lúdicos, quebra-cabeça, jogo de memória, e durante esse procedimento foi sendo introduzido o ensino e a aprendizagem através dos métodos que a professora usou. Durante esses jogos lúdicos a professora foi fazendo negociações com Sebastião porque ele quer utilizar tudo o que tem na sala e assim ele se desconcentra fácil. Ela relatou: “Ele só pode pegar outros jogos quando terminar de jogar um” (Sara, 22 de janeiro de 2025).

No início do ano é feito o Plano de Desenvolvimento Individual, em que é registrado os problemas e dificuldades de cada aluno a partir daí é trabalhada cada uma dessas questões: se o aluno sabe distinguir o que é dentro e fora, frente e atrás, percepção auditiva, percepção de memória, atenção, concentração, se observa contraste como claro e escuro, tudo isso através de instrumentos voltados ludicamente para que o aluno entenda o que é.

A professora, avalia Sebastião com um nível avançado nota 8,00 pois ele conhece e tem afinidade com números, realiza pequenos cálculos, conhece as letras, só tem dificuldade na linguagem escrita e oral. Através de limites e estratégias vai se introduzindo o ensino e a aprendizagem.

A professora relatou:

A nossa cabeça é como se fosse um sinal de trânsito- amarelo, vermelho e verde- em que cada uma dessas cores indicam uma função. O nosso cérebro é normal, a gente entende, vamos crescendo e vamos entendendo o que pode, o que não pode, o que é certo e errado, por que o nosso cérebro, os comandos dele, estão todos perfeitamente

---

<sup>12</sup> Expressão usada para se referir a entrada e saída do furo.

organizados. No autismo, o cérebro tem uma alteração e a criança não tem esse comando, como é que ela vai responder as expectativas se ela não está entendendo? Tem que ter muita terapia e muito acompanhamento para que ele possa se desenvolver com mais plenitude, porque é muito ruim a pessoa chegar em um lugar e não saber expressar o que ele quer”. (Sara, 22 de janeiro de 2025).

Nesse atendimento, é identificada a dificuldade do aluno e dessa forma é planejada atividades adequadas para superar essa dificuldade. São utilizados materiais pedagógicos e didáticos, jogos lúdicos e brincadeiras para o aluno despertar o interesse pelo aprendizado, o qual na sala de recursos se tem meios para alinhar dentro do desenvolvimento que ele precisa. É um serviço que visa garantir o acesso ao currículo e a qualidade do ensino aprendizagem de alunos pessoa com deficiência.

O pai do Sebastião em entrevista, explicou o comportamento de seu filho:

Se ele tivesse aula no dia em que a maré tá seca, ele ia querer vim mesmo assim porque quando ele sabe que tem aula pra ele, ele fica muito ansioso e quando eu procuro por ele já tá sentado na rabeta me esperando, ou pra mim ir deixar ele na boca do furo, ou trazer aqui na escola. Ele gosta muito de vim pra cá com essa professora porque ela é muito carinhosa com ele, ela dá brinquedo, jogo de quebra cabeça pra ele brincar em casa e ele gosta, mas tem dias em casa que ele fica muito agitado e até agressivo e eu tenho que ter muita paciência”. (José, 22 de janeiro de 2025).

Diante desse relato, nota-se que há impasses que permeiam todo esse contexto da vida do Sebastião. Além das dificuldades de chegar até a escola, ele tem o grau de autismo elevado, fazendo com que ele fique agressivo quando suas vontades não podem ser feitas, quando ele fica ansioso com algumas situações e quando o barulho ao seu redor é muito alto. O barulho do motor da embarcação que é usado para ele chegar até a escola interfere nessa condição, entretanto não há outra forma que não seja as embarcações com motores para chegar aos lugares mais longes dentro das comunidades ribeirinhas.

Em um diálogo com Sebastião, ele relatou:

Eu gosto de vim pra essa escola na rabeta do meu pai. Eu gosto da escola e dessa professora e ela me ensinou a letra S de Sara e S de Sebastião, cada vez que eu venho pra escola ela me ensina um joguinho diferente. Eu merendo, eu compro bombons com o dinheiro que o papai me dá, eu brinco, mas não gosto que ninguém me mecha. (Sebastião 22 de janeiro de 2025).

Silveira et al. (2020), citam que “as pessoas com Transtorno do Espectro Autista são concretas, havendo necessidade de se ater a detalhes, para que estes possam viver no mundo real”. A sala do atendimento é equipada, cheia de materiais lúdicos, isso chama a atenção do aluno estimulando sua vontade de retornar à escola.

Sentimos dificuldades em ter contatos e diálogos com Sebastião, pois não queríamos deixá-lo em situação de desconforto dentro da sala de aula e em outros ambientes da pesquisa de campo. Outro fator que dificultou a aproximação com ele foi não ter métodos ou uma maneira de sabermos como conversar sem que percebesse algo anormal pois ele só conhecia uma de nós, e estava sem entender o que fazíamos ali.

Há uma relação de diálogo com os pais do Sebastião, porém, pois uma de nós mora na mesma comunidade que eles. Contudo, a família pouco participa nos eventos que a comunidade promove, fazendo com que ele tenha uma vida resumida no seio familiar e escolar, raramente vai aos eventos ou a cidade com seus pais.

O pai do Sebastião relatou que evitam sair com ele, porque em algumas ocasiões as pessoas não entendem o que ele tem e fazem julgamentos e usam expressões, para se referir a ele, e assim, eles se sentem ofendidos. Diante dessa explicação que os pais relataram, percebe-se que há a presença do preconceito e posteriormente da falta de inclusão partindo de algumas pessoas.

### **Vivência escolar**

No dia 11/03/2025 estivemos novamente a campo para mais um dia de vivências, dessa vez na escola da comunidade em que Sebastião estuda, próximo a sua casa. A escola em si e as vivências que proporciona, têm um papel fundamental no desenvolvimento emocional e social dos estudantes. Ao chegar, falamos da pesquisa e do objetivo, dialogamos com a professora da turma do Sebastião que comentou:

Eu tenho muita dificuldade em trabalhar com essa turma pois ela é multiano. Tenho alunos do 1º,2º,3º,4º e 5º ano, todos juntos só numa turma, então adequar conteúdos e me organizar em sala de aula se torna algo desafiador. O que facilita para mim é que o aluno tem o profissional de apoio, e esse professor, e ele me dá todo o suporte que preciso para que ele realize as suas atividades dentro da sala de aula, as vezes noto que tem dias que ele se sente a vontade na sala de aula, brinca, interage e até mesmo se junta com os outros colegas para fazer a bagunça na sala de aula, mas tem dias que ele prefere ficar mais afastado, no entanto é muito empenhado em realizar seus trabalhos e fica preocupado com o horário de terminar suas atividades para ir embora. (Joice, 11 de março de 2025).

Ao se referir em multiano é relevante destacar que este adota o mesmo currículo, o mesmo método de ensino e o mesmo critério de avaliação, com a diferença de ser organizada em classes multisseriadas, ou seja, formadas por alunos de diferentes faixas etárias e níveis de aprendizado, conduzidas por um único professor (Hage, 2005). E ainda,

conforme explicam Lacerda et al. (2024, p.2), “a presença de alunos com autismo no ambiente educacional representa desafios essenciais ao avanço do ambiente acessível. Fica evidente a necessidade de adaptação curricular, pedagógica e do espaço escolar”.

A professora continuou relatando que a família do Sebastião é muito ativa e presente na escola, eles sempre dão apoio e incentivo aos estudos dele, no que diz respeito a frequência, ele só fica ausente da escola quando está doente ou quando o rabeteiro não consegue chegar até a sua casa por ocasião da maré seca, e neste caso, ou o pai dele o traz pela ponte, ou pela sua própria embarcação. Esse incentivo conta muito para que o aluno tenha um bom aprendizado.

O profissional de apoio também deu suas contribuições na pesquisa de campo relatando que:

O desenvolvimento deste nosso aluno ocorre de maneira gradual, a medida em que ele explora e interage com o mundo a sua volta. Ele conta histórias descreve eventos cotidianos e expressa suas ideias em atividades de conversação. O convívio escolar estimula o uso da fala para a interação social, ajudando o aluno a desenvolver suas habilidades de comunicação. As suas habilidades iniciais estavam em desenvolvimento e no início, ele ficava inseguro e confuso com tantas pessoas falando e correndo ao mesmo tempo. Mas, assim como em todas as aulas encontramos um jeito de ajudá-lo a se desenvolver e se divertir. Após um período ele começou a jogar com um colega mais próximo, e com o tempo, foi se sentindo mais à vontade para entrar nas brincadeiras em grupo. Ele foi descobrindo que gostava de atividades físicas, como correr e jogar bola com seus coleguinhas. Ele também aprendeu a identificar e nomear os pontos de referência em seu cotidiano, como a própria casa, a escola e os locais importantes da comunidade. (Paulo, 11 de março de 2025).

Conforme Wallon (2007), as emoções e a afetividade têm papel central no desenvolvimento infantil e nas trocas sociais significativas. Nesse sentido, durante a pesquisa entrevistamos os colegas de classe para saber como é a convivência deles com Sebastião. Um deles relatou: “O Sebastião, ele é muito inteligente e também é educado, nós gostamos de brincar com ele. Tudo o que falamos, ele memoriza direitinho e muito rápido” (Laura, 11 de março de 2025). Nota-se que o aluno é bem aceito entre seus colegas, o que reforça a importância das relações interpessoais no ambiente educativo.

Em um dos dias em que acompanhamos o trajeto do Sebastião até a escola, a maré estava baixa no Furo Pai Pedro, onde o ele mora. Nesse dia o rabeteiro ficou impossibilitado de chegar até sua casa. É por isso que seu pai, quando tem disponibilidade, vai deixá-lo na escola em sua própria rabeta, que neste caso é uma embarcação menor. Mas quando o pai do Sebastião não tem como utilizar a rabeta, pai e filho fazem o percurso até a escola pelo caminho que fizeram na mata de sua casa até o centro comunitário, que se encontra próximo da escola.

As dificuldades para Sebastião chegar até a escola e ter acesso a educação formal são frequentes. E para as comunidades ribeirinhas esses problemas são ainda maiores. Do centro comunitário até a escola calcula-se 63 metros de distância entre ambos, então o aluno e seus colegas que fazem esse percurso, precisariam andar por terra pisando em cima de pedaços de galhos de árvores caídos ao chão e outros obstáculos que se encontram pelo caminho, até chegar na escola.

Sebastião frequenta a sala de aula na companhia do profissional de apoio junto a professora da turma e os demais colegas. Quando a maré está alta, ao terminar a aula, ele pode ir para casa de transporte escolar, pois assim, a rabeta consegue chegar até sua casa. Diante dessa problemática a gestão escolar viu a necessidade de optar por melhorias dentro das condições que pudessem contribuir para o transporte desses 10 alunos que moram no Furo pai Pedro. Ao passar por essas circunstâncias, e ao se tratar do Sebastião que enfrenta toda a situação e é pessoa com deficiência, dentro de sua especificidade, certamente isso afeta o processo de ensino e aprendizagem dele e dos demais.

Mediante a essa situação, com o aparato de políticas públicas a escola que tem o conselho escolar ativo, fez adesão ao programa PDDE<sup>13</sup> Campo, que é um programa que dispõe de procedimentos a serem adotados na destinação de recursos financeiros de despesas entre custeio e capital, a fim de propiciar adequação e benfeitoria na infraestrutura física das unidades educacionais, necessárias a realização de atividades que envolvam o educativo e o pedagógico voltadas a melhoria da qualidade do ensino e a elevação do desempenho escolar.

A gestão e comunidade escolar decidiu que esse recurso seria destinado a construção de uma ponte ligando o centro comunitário à escola para que os alunos tivessem mais facilidade para chegar quando não podem ir pelo transporte nos dias em que a maré está seca. Esse fenômeno natural interfere na locomoção dos alunos das comunidades ribeirinhas sobretudo dos quais moram em furos e igarapés.

Segundo Miranda (2012, p.35) e Galvão Filho (2012, p.35), “não basta, porém, apenas oferecer aos alunos o acesso à escola. Necessário se faz ministrar um ensino que seja de qualidade para todos, que atenda às reais necessidades dos educandos.”

O gestor da escola explicou que a escola sempre dá todo o apoio necessário para que os alunos permaneçam nela. Ele diz que o PDDE tem vários projetos e recursos que com os quais a gestão escolar busca fazer o que é melhor para que os alunos que são do campo, tenham acesso a melhorias e sejam beneficiados. Assim, ele diz:

---

<sup>13</sup> Programa Dinheiro Direto na Escola.

A construção desta ponte com o recurso do programa, foi pensada nestes alunos que moram dentro do furo e tem dificuldades de chegar até a escola quando a maré está seca. Ela não resolve o problema, mas diante de algo que não está em nosso controle ela torna mais acessível toda essa condição. Facilita para o nosso aluno que tem autismo, e é pessoa com deficiência e para os demais alunos que moram dentro deste furo e que não tem deficiência. Tentamos fazer com que a acessibilidade ocorra, mas sabemos, que as barreiras ainda são grandes tanto nos aspectos sociais, políticos e econômicos. Esses fatores interferem em tudo, principalmente no processo educacional de uma criança seja ela com deficiência ou não. (Raimundo, 12 de março de 2025).

Embora a solução pensada pela gestão escolar não resolva a situação, ressalta-se que a intenção foi satisfatória, porque nesses casos ameniza parte do problema presente naquele lugar, ou seja, contribui para melhorar a vida daquelas crianças. Nesse sentido é válido ressaltar em Alochio e Queiroz (2020, p. 6), que “pensar em acessibilidade é uma realidade entre os projetistas. As rampas, pontes, calçadas e acessos devem permitir o ir e vir de todas as pessoas sem restrições por conta da mobilidade física”.

### **Ambiente familiar**

O autismo, na família, representa um desafio para os pais, mas não se deve esquecer que a presença da criança com autismo também contribui para o enriquecimento social, pessoal e emocional dos demais membros familiares.

Ao passar um dia com a família do Sebastião, observamos muitas coisas relacionadas ao seu modo de vida. Pela manhã, ele gosta de tomar café, no lanche prefere tomar mingau de açaí ou miriti, ele também brinca, toma banho no rio, almoça e à tarde ele brinca, assiste televisão e come frutas das quais ele prefere. Isso em um dia em que ele não vai pra escola.

Difícilmente ele fica quieto ou descansando, os pais dele disseram que ele é bem agitado e é necessário eles terem muito cuidado com suas brincadeiras pois algumas dessas, acabam se tornando perigosas, ele gosta de brincar no rio, na ponte e já se machucou várias vezes ao cair. Ele já sabe nadar, mas quando não sabia, seus pais tinham que ter um cuidado redobrado pois sempre teve um contato atrativo pelo rio.

Segundo Magalhães e Pereira (2017):

O cuidado que as crianças com autismo requerem implica um grande gasto de tempo e energia pelas famílias, causando alterações nas rotinas familiares, incluindo mudanças na gestão e nos horários da família, o que também compromete possibilidades futuras de promoção no trabalho, e até abandono de emprego, como citado anteriormente. (Magalhães e Pereira, 2017, p. 240)

Há muitos alimentos da região que fazem parte de sua rotina alimentar. Algumas frutas como miriti, cacau, pupunha, castanha do caju assada, taperebá, jambo e principalmente frutos que contenham cores que chamem sua atenção. Além desses, Sebastião se alimenta com mingau de açaí e miriti, peixes como mapará, pescada, filhote, além de camarão, carne, feijão e o açaí.

No seu cotidiano Sebastião leva uma vida tal qual as demais crianças ribeirinhas. Ele diz:

O meu pai pesca no rio e quase todo dia a gente come peixe. Quando a água vem<sup>14</sup> e o rio começa a crescer é a hora que eu mais gosto, só que quando ela volta<sup>15</sup>, enche de lixo no rio e aí tenho que parar de brincar e subir pra terra. Quando não dá mais pra brincar no rio, eu brinco com meus primos que moram bem no lado de casa e aí a gente brinca no terreiro, na ponte e dentro da casa.” (Sebastião, 27 de junho de 2025).

É importante destacar que Sebastião percebe como a poluição afeta seu cotidiano. Esse é um dos problemas que mais afetam os povos e comunidades ribeirinhas, muito do que o ambiente natural da região oferece, vem da água e quando se tem esse tipo de problema, todas as pessoas que pertencem a esse lugar são impedidas de usufruir das fontes que a natureza oferece.

Ao falar sobre suas brincadeiras Sebastião relatou:

Quando tem a festividade da santa<sup>16</sup> eu também gosto de ir pro arraial porque é muito legal brincar com meus amiguinhos por lá e eu gosto de ir no pula-pula e na barquinha. Tem os brinquedos também. Outra coisa que eu gosto são as festinhas da escola, porque tem a dança da quadrilha. (Sebastião, 27 de Junho de 2025).

Os pais do Sebastião são agricultores e pescadores. Eles relataram, que além dos desafios para seu filho frequentar a escola, há também as dificuldades para obter remédios que o Sebastião toma para controlar as crises de ansiedade causadas pelo autismo. Quando precisam ir até a cidade para comprar ou fazer algo, é preciso que o Sebastião tome uma medicação para se acalmar, pois, tudo o que ele vê nas lojas ele quer que os pais comprem e estes contaram que sua vida financeira é restrita em gastar dinheiro somente com alimentação, remédios, consultas e coisas essenciais para a sobrevivência e nem sempre dá pra afazer tudo isso.

Os pais ainda relataram que na escola, fazem o máximo possível para que Sebastião

---

<sup>14</sup>Fenômeno da enchente.

<sup>15</sup>Fenômeno da vazante.

<sup>16</sup> Esse termo foi utilizado para se referir a festividade de padroeiro que é realizada uma vez por ano e tem o arraial com brinquedos e diversões.

se sinta incluído em todas as programações e até mesmo no que diz respeito ao acesso a elas, mas em outros poucos lugares que frequentam, sentem que seu filho passa por momentos onde fica exposto a alguma forma de discriminação. Nesse sentido, não vêem a inclusão sendo colocada como um direito para se ter a acessibilidade garantida, e por esse motivo optam por se afastarem.

A respeito da mudança gerada no sistema familiar com a chegada de um filho autista, Zahar (2018) ressalta que “muitas famílias tendem a se deteriorar de forma externa, apresentando comportamentos de afastamento social, e extrema dificuldade em manter a rotinas pessoais e profissionais, são problemas comuns entre famílias com filhos diagnosticados com autismo”.

Os relatos e informações obtidas na pesquisa de campo, permitiu conhecer parte da vida do Sebastião e do espaço que ele está inserido. Destacam-se alguns elementos positivos, por exemplo: a sua relação com a natureza, suas maneiras de viver no território em que ele pertence, e a permanência aos estudos mesmo diante de tantos impasses que estão presentes no seu cotidiano, assim também como alguns pontos negativos que permeiam a vida do aluno, afetando o processo de ensino e aprendizagem.

Contudo, os desafios são constantes. A professora identifica as dificuldades e tenta fazer com que Sebastião vá superando-as, mesmo com os impasses para que ele chegue até a escola. A turma é multisserie, então, o que ameniza e faz com que o aluno tenha mais atenção e apoio na sala de aula é a presença do profissional que o acompanha, assim como o companheirismo dos seus colegas. A escola tenta de alguma forma fazer com que as dificuldades sejam menores, os pais oferecem todo o suporte que podem para que o filho permaneça na escola e tenha uma vida como a dos outros alunos pois almeja-se que seja possível fazer com que a inclusão aconteça dentro dos espaços, o que na verdade é um direito a ser garantido por meio da acessibilidade.

A vida do Sebastião, está entrelaçada em questões que impactam a sua vida pessoal e social. Pela questão do transporte escolar que enfrenta, notou-se que o afetam em aspectos que resultam na sua alteração de humor e interfere no transtorno do espectro autista que ele tem. O barulho do motor, o tempo da viagem são pontos que contribuem para que Sebastião fique ansioso.

Por outro lado, em sua relação com o meio, por exemplo, o lugar onde mora, há fatores que proporcionam uma conexão entre ambos, ou seja, um sentido para que todos os desafios e impasses que se fazem presente na vida do Sebastião, atribuam mais valor a quem ele é. Conforme Marafon e Santos (2024), “o contato com o ambiente externo permite

com que a criança vá além daquilo que ela encontra normalmente em sua realidade, possibilitando que ela crie argumentos novos relativos ao seu ambiente e amplie seus horizontes”. Na simplicidade do lugar onde Sebastião mora cria-se relações com território de vida, do qual ele faz parte, mostrando que pode ser possível superar impasses quando se tem apoio familiar e de pessoas ou órgãos que tenham empatia e sensibilizam-se com determinadas condições.

Para poupar o filho do preconceito que sofre em outros espaços sociais, os pais, no intuito de protegê-lo, limitam o acesso do Sebastião ao espaço escolar onde ele é acolhido. Porém, seu filho não viverá permanente só na escola, ele precisa socializar em outros lugares. Emmel e Gomes (2020) analisam:

Considerando que cada ser humano é único e deve poder exercer sua singularidade, busca-se, no acesso universal ou integral, a sua inclusão no meio ao qual está inserido, sem que nenhuma barreira comprometa tal fato, já que elas dificultam ou limitam o uso do ambiente, excluindo o usuário do cotidiano social. Nesse contexto, a acessibilidade universal ou integral é uma visão de projeto que desenvolve objetos, ambientes e edificações, levando em consideração a diversidade (Emmel; Gomes, 2020, p. 178).

Faz-se necessário compreender de imediato que a sociedade deve adotar a consciência de fazer acontecer o acesso igualitário a oportunidades, respeitando as individualidades para que possam viver com dignidade e respeito. A inclusão social é conceituada como um processo onde podemos dizer que a acessibilidade é a porta por onde entra a inclusão, pois sem que haja acesso aos mais diferenciados ambientes, não há inclusão.

Com base nos dados obtidos foi possível concluir que os resultados mostraram que o Sebastião não tem a acessibilidade como um direito garantido, ele tem alguns apoios, mas que não se configuram como tal. A inclusão é um desafio que ainda persiste e Sebastião vem enfrentando na esperança de ter seus direitos básicos assegurados. Para ele na condição de autista, os desafios são grandes para chegar até a escola, sendo que não há outra forma de ir que não seja por embarcações e estas com motor que fazem barulho, submetendo-o a um longo tempo de viagem nessas condições.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste trabalho foi possível conhecer parte da vida do aluno Sebastião e do espaço que está a sua volta, assim como alguns elementos positivos, por exemplo: a sua relação com

a natureza, suas maneiras de viver no território em que ele pertence e faz parte, e a permanência aos estudos, mesmo diante dos impasses que estão presentes no seu cotidiano. Também verificou-se alguns pontos negativos que permeiam sua vida afetando o processo educacional. A partir de então, observamos como a inclusão pode acontecer dentro dos espaços que neste caso é uma comunidade ribeirinha, e quais interferências podem ter.

A acessibilidade vem de um problema recorrente de exclusão que atravessa diversas dimensões da vida social: trabalho, escola, lazer, e que impacta o cotidiano de muitas pessoas. É importante compreender que a deficiência está no ambiente construído e não nas pessoas, tendo em vista todas essas questões, é relevante se questionar, como pensar a acessibilidade para o espaço ribeirinho? Os responsáveis pela mudança, a sociedade de forma geral, deve estimular a inclusão, colocando-se para garantir essa transformação.

A inclusão escolar vai além do cumprimento de legislações, exigindo um planejamento colaborativo entre gestores escolares e educadores. Investir em formação continuada para docentes e recursos pedagógicos específicos é fundamental para garantir um ambiente que valorize a diversidade e promova o desenvolvimento pleno das crianças com Transtorno do Espectro Autista. Além disso, políticas públicas voltadas para a ampliação de recursos destinados às adaptações escolares são indispensáveis para viabilizar essas mudanças. Que essas ações possam assegurar transformações significativas, e a longo prazo, sobre as práticas interventivas pedagógicas. Sugere-se que tais ações sejam continuadas e permanentes, com supervisões práticas que possam impactar de maneira assertiva nos resultados de aprendizagem desse público, transcendendo os muros da escola e favorecendo a inclusão plena em todos os espaços da sociedade.

Em suma, a acessibilidade para crianças com autismo nos ambientes escolares, exige um esforço conjunto que inclui a adaptação das normas de acessibilidade, estratégias pedagógicas inclusivas, a criação ou reformulação de espaços construídos e a equidade nos seres humanos. O compromisso com a inclusão transcende a legislação, sendo um passo essencial para a construção de uma sociedade mais equitativa e diversa.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALOCHIO, G. S.; QUEIROZ, V. M. **Arquitetura e autismo: orientações para espaços terapêuticos**. ANEAC, Natal-RN, 2020.

BELISÁRIO FILHO, José Ferreira; CUNHA, Patrícia. **A Educação Especial na**

**perspectiva da inclusão escolar: transtornos globais do desenvolvimento.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010.

EMMEL, M. L. G. GOMES, L. **Análise dos conteúdos sobre acessibilidade e desenho universal nos cursos de graduação em arquitetura e terapia ocupacional no Brasil.** In: **Cadernos de Terapia Ocupacional.** V. 28, n. 1, p. 164-186, 2020.

FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga. PANTOJA, Luísa de Marillac P. MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Atendimento Educacional Especial: aspectos legais.** In: **Atendimento Educacional Especializado.** – São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

FERNANDES, Ana Paula Cunha dos Santos\_ Nascimento, Ingrid Dias. **A visão das crianças ribeirinhas com deficiência sobre si e sobre a comunidade.** Zero-a-Seis, Florianópolis, v. 24, n. Especial, p. 663-684, jul./jul., 2022. Universidade Federal de Santa Catarina. ISSN 1980- 4512. DOI: <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2022.e82942>

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 12ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999. P.11.

HAGE, Salomão Mufarrej. **Classes multisseriadas: desafios da educação rural no estado do Pará/região amazônica.** In: HAGE, Salomão Mufarrej. **Educação do campo na Amazônia: retratos de realidade das escolas multisseriadas no Pará.** Belém: Gráfica e Editora Gutemberg Ltda, 2005. p. 44-60.

LACERDA, F. M.; SOUZA, M. E. S.; THEOBALD, A. A. R. F.; et al.. **Transtorno do Espectro Autista (TEA): estratégias de educação e saúde para a inclusão dos alunos com autismo no âmbito escolar.** CPAQV, 2024

LOPES, I. B.\_ OLIVEIRA, G. A.\_ COSTA, A. C. M. **Acessibilidade e inclusão nas escolas do campo.** 2001\_ retirado das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.

LUDKE, Menga, ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**, SPEPUD, 1986.

MARAFON, D.; SANTOS, V. L. M. **As crianças com autismo e as vivências no Jardim sensorial**. Boletim de Conjuntura, Paraná, 2024.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** SP: Moderna, 2003.

MIRANDA, T. G.; GALVÃO FILHO, T. A. **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares**. Salvador: EDUFBA, 2012. p.39-44.

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. **Ensino: as abordagens do processo**. São Paulo: EPU, 1968, p. 1.

MOLINA, Mônica Castagna e JESUS, Sônia Meire Azevedo de. **Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo**. Brasília, DF. Articulação Nacional por uma educação do campo, 2004.

NOVAK, M. F. C. **A importância da acessibilidade e inclusão de deficientes físicos nas escolas**. Irati, 2015.

PORTO, K. S. \_ DUBOC, M. J. O. \_ RIBEIRO, S. L. **Educação do Campo e inclusão de estudantes com deficiência: percepções e práticas docentes**. Belo Horizonte, 2020

REALI, Darcí. **Transporte Escolar**. Escola De Gestão Pública Municipal – Egem e Federação Catarinense De Municípios – Fecam. Associações De Municípios De Santa Catarina, 2009.

SILVEIRA, I. G. S.; GOMES, M. M. F.; BRASIL, L. M. **AutismyVR: Desenvolvimento de ambiente imersivo de realidade virtual inteligente adaptável sensibilidade visual para adolescentes com Transtorno do Espectro Autista**. Brasília, 2020.

WALLON, Henri. **A evolução psicológica da criança**. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ZAHAR, Jorge. **Enfrentando o autismo: a criança autista, seus pais e a relação terapêutica.** 1 ed. Ed Zahar. Rio de Janeiro, 2001.